

# VIOLÊNCIA: PORQUE O CELULAR NÃO É O CERNE

Tem sido anunciada, em diversos meios de comunicação, a preocupação no que se refere ao uso de telefones celulares por presidiários. Essa questão adquiriu maior visibilidade após a ação da organização criminosa conhecida como Primeiro comando da Capital, ocorrida há poucos meses atrás. Até então, não se tinha idéia da dimensão estratégica do celular dentro dos presídios.

Atualmente, a situação adquiriu o caráter de prioridade no âmbito da segurança pública. Entre as notícias veiculadas nos últimos tempos, o jornal A TARDE publicou uma matéria intitulada: *Bahia quer bloquear celular em presídios*, no dia 24/07/01.

A situação sugere descontrole em dois planos: internamente, confirma-se que as prisões não têm assegurado a descontinuidade da atuação criminosa dos detentos – e não se pode culpar o celular por isso. é possível, sim, que ele otimize procedimentos já conhecidos. Nesse sentido, o antídoto anunciado pelo Governo Federal e veiculado pela mídia – o bloqueio ao celular nos presídios – tem sido apontado como a solução, deslocando a atenção de um problema mais complexo e estrutural para um aspecto pontual. O caráter surpreendente da artimanha dos detentos ganhou contornos espetaculares, despertando o interesse da opinião pública para aquilo que adquiriu status de fenômeno. Dentro do panorama nacional, a Bahia pretende integrar-se à estratégia do bloqueio. Segundo noticiado

pela matéria, “alguns estados foram escolhidos para que a tecnologia seja testada, como Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, a Bahia já formalizou um pedido ao Depen para que as penitenciárias daqui também sejam favorecidas com este sistema já nessa fase de teste”.

Um outro ponto de observação, que envolve a reflexão anterior, diz respeito ao fato de que a sociedade gera, de maneira cada vez mais veloz e incontrolável, eventos violentos, muitas vezes marcados por elevado grau de sofisticação: os clones de cartões, as redes de corrupção, só para citar alguns exemplos. Seria ingênuo imaginar que esse requinte ficasse restrito ao lado de fora das prisões. igualmente ingênuo é supor que a solução para os aspectos pontuais desse problema poss ser concebida a partir de uma reorientação tecnológica, objeto da disputa pelo pionerismo. Já se sabe, por exemplo, que também no mercado do crime, o obsoleto é imediatamente substituído.

O fundamental, portanto, é recolocar na ordem do dia a necessidade de adoção de políticas públicas capazes de fazer frente às demandas postas pela violência. Com isso, não se que dizer que não se deva tomar providências frente aos “truques” e procedimentos que permitem a continuidade da violência. Entretanto, esse enfrentamento não pode ocupar, imaginariamente, o lugar das referidas políticas públicas, pois isto, também, seria um truque.